


ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE


Elementos constitutivos de uma proposta pedagógica em projetos de educação ambiental

Constitutive elements of a pedagogical proposal in environmental education projects

Maria Odete da Rosa Pereira¹; Clara da Rosa²; Lúcia de Fátima Socoowski de Anello³

¹ Dra. em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Rio Grande – RS Brasil - E-mail: mariaodetedarosapereira@gmail.com /  <https://orcid.org/0000-0001-6842-0499>

² Dra. em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Rio Grande – RS Brasil - E-mail: claradarosapereira@yahoo.com.br /  <https://orcid.org/0000-0001-8001-8400>

³ Dra. em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Rio Grande – RS Brasil - E-mail: luciaanello@hotmail.com /  <https://orcid.org/0000-0002-9139-9584>

Palavras-chave:

educação ambiental;
educação não formal;
gestão ambiental pública;
gênero feminino.

Resumo: Este artigo busca uma articulação entre a educação ambiental crítica e os fundamentos da educação, dirigindo um olhar atento à educação não formal, isto é não escolarizada. Tendo como base de reflexão a prática social das autoras em projetos de educação ambiental e popular fazendo uma pequena incursão, toma como exemplo o recorte de gênero feminino. A intencionalidade pedagógica do trabalho é ressaltar a importância do planejamento e da diretividade nos processos educativos não formais voltados à públicos em vulnerabilidade social, neste caso específico as mulheres. A base teórica se ancora em autores da psicologia social assim como autores da educação ambiental crítica.

Keywords:

environmental education;
non-formal education;
public environmental
management; female
gender.

Abstract: This article aims to an articulation between critical environmental education and the foundations of education. It takes a close look at non-formal education, that is, not schooling. Based on the author's social practice in environmental and popular education projects as a basis for reflection, making a small incursion, take as an example the female gender clipping. The pedagogical intention of the work is to emphasize the importance of planning and directivity in non-formal educational processes aimed at the publics in social vulnerability, in this specific case women. The theoretical basis is anchored in authors of social psychology as well as authors of critical environmental education.



Introdução

O presente trabalho busca uma reflexão sobre a importância do processo formativo repleto de nuances e suas ciências básicas, numa proposta pedagógica em projetos de educação ambiental. Embora se trate de uma educação não-escolar, comumente falada e entendida como não formal, há que se pensar que a educação engendra um esquema, filosófico, psicológico e sociológico. O que se pretende aqui é ressaltar que, apesar de não ser escolarizada a educação não formal, necessita de uma atenção especial no seu planejamento, desenvolvimento e avaliação. Nesta perspectiva este artigo busca apontar os elementos constitutivos e estruturantes de tais passos, no decorrer da escrita há referências a um projeto que se encontra em desenvolvimento há anos e tem como sujeitas da ação educativa o gênero feminino ao qual as autoras deste trabalho assessoram e pesquisam simultaneamente. Acreditamos ser de suma importância as reflexões estarem ancoradas numa prática concreta onde fundamentam-se as afirmações e ou questões problematizadoras.

Justificativa / contextualização

Há anos temos trabalhado com educação junto com grupos em comunidades, basicamente desde a década de 1980 até os dias de hoje. Após trabalhar com os grupos da pastoral de criança e os clubes de mães nas periferias dos municípios, começamos a desenvolver projetos de educação ambiental em vários níveis, primeiramente na esfera estadual, a seguir no âmbito municipal e, por fim, através do licenciamento ambiental federal, especificamente na cadeia produtiva de petróleo e gás de abrangência nacional. Mais recentemente na última década, desenvolvemos um projeto com recorte de gênero feminino na cadeia produtiva da pesca. A experiência tem sido com a Educação Ambiental crítica voltada à organização comunitária e a participação cidadã.

Numa visão de práxis, tornou-se necessário reflexões e escritas sobre o trabalho buscando aprofundar questões que surgem no desenvolvimento das ações junto com as mulheres. Assim que nasce a proposta deste artigo junto com as parceiras de lutas, ressaltando que, a partir do ano de 2020, as especificidades trazidas com a pandemia do COVID-19 nos desafiaram de forma nunca sentida. Tivemos que nos recriar de várias formas, principalmente na manutenção dos vínculos anteriormente estabelecidos com as mulheres do projeto, assim como ocorreu com as estudantes e os estudantes nas universidades brasileiras, durante o distanciamento físico forçado pela pandemia.

Fundamentação teórica

A Educação Ambiental, antes de tudo, é educação, já nos aponta Layrargues (2002), isso significa que a nossa prática de Educação Ambiental vai dialogar com a concepção de educação a qual ancoram-se nossas ações cotidianas e a prática profissional principalmente ao que tange desenvolvimento de projetos. Nesse sentido, Quintas (2004) cita Layrargues se referindo à educação ambiental na gestão:

[...] esta proposta é substancialmente diferente da chamada Educação Ambiental convencional cujo elemento estruturante da sua prática pedagógica é o funcionamento dos sistemas ecológicos (Layrargues, 2002). A proposta praticada pelo IBAMA referencia-se em outra vertente, a da Educação Ambiental Crítica que, segundo Layrargues (2002:189) “é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos sócio ambientais”. (QUINTAS, 2004, p. 116)

Maria Pereira (2011) propõe um roteiro estruturante da educação ambiental em projetos do licenciamento federal de petróleo e gás:

[...] primeiramente esclarecemos a que educação estamos nos referindo quando tratamos de programas de educação ambiental com foco nas comunidades costeiras e pesqueiras, neste caso, a não formal. Como nossa reflexão está ancorada no método dialético materialista e histórico, fundamentamo-nos nas leis da dialética. Dessa forma, a educação não formal, embora contrária à educação escolar (formal), mantém propriedades semelhantes, expressando-se como um contrário complementar. Para que essa educação se consolide, precisa negar características da educação formal que não julgamos adequadas à realidade social e ao processo emancipatório, que são as escolas e a reprodução do sistema das relações de dominação etc. Contudo, nessa proposta, a educação não formal incorpora algumas propriedades da formal, tais como o processo educativo, a diretividade política, a responsabilidade do Estado e a apropriação das ferramentas necessárias para uma intervenção efetiva nos processos social, político e econômico do país. (PEREIRA, 2011, p. 63)

A autora busca ressaltar a importância de se ter um planejamento estratégico com vistas à educação não escolar, também denominada não formal, definindo suas instâncias e prevendo recursos e formas de desenvolvê-las. Na ocasião, ela defendia que a educação aliada à gestão ambiental pública poderia ocupar este espaço sendo que na gestão, e especialmente vinculado às licenças ambientais, se geram e possibilidades de financiamento e de diretividade pedagógicas de tais ações educativas.

Quintas (2004), citado por Maria Pereira (2011), aborda esta mesma questão:

[...] ao se falar em Educação no Processo de Gestão Ambiental, não está se falando de uma nova Educação Ambiental. Está se falando sim, em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações. [...] (QUINTAS, 2004, p. 118; *apud* PEREIRA, 2011, p. 64)

Nessa perspectiva, encontra-se o trabalho voltado ao gênero feminino, as mulheres em geral, mas principalmente as das classes populares, elas são como que enredadas pelo ambiente doméstico que de forma quase sub-reptícia as envolvem, impedindo-as de se lançar ao espaço público. Por consequência, ficam com a visão limitada sendo mais facilmente influenciadas pelos meios de comunicação de massa que, por vezes, impõe modelos hegemônicos do gênero feminino, magra, maquiada, cabelos pintados com roupas e acessórios de grife, subservientes ao espaço doméstico.

No interior do sistema capitalista (nas suas vísceras) tais modelos adquirem novas facetas. O mercado paralelo trata de copiar as grandes marcas das grifes da moda e assim por diante. Chegamos num ponto culminante em que as mulheres são todas parecidas ou pelo menos cópias (algumas imperfeitas) das top model alteradas digitalmente ou por intervenções cirúrgicas estéticas. Causando uma frustração enorme naquelas que não chegam a se aproximar da imagem esbelta e esguia, contudo, pelo menos os cabelos lisos e loiros tornam possível uma aproximação. Historicamente nós, mulheres, somos oprimidas pelo processo produtivo do capital internacional que dita nossa imagem e nos torna alvo fácil de predadores da nossa força de trabalho, criatividade e capacidade de realizar muitas atividades ao mesmo tempo, sem falar de ficarmos à mercê do desejo masculino e as violências adjacentes. As mulheres, apesar de toda construção histórica de opressão e marginalização, têm se destacado na sociedade como lideranças capazes de dar novos tons às práticas sociais, diferenciando-se do modo do agir patriarcal instaurado historicamente. Ao invés da falácia dos tons de cinza, as mulheres são multicores nas suas formas de construir um mundo novo.

Com esse viés, encontramos alentos nas palavras de Clara da Rosa (2020):

[...] a transformação enquanto educadora ambiental é de constante luta por espaços de participação cidadã, de busca na luta e pauta feminista, é estar disponível a aprender e a ensinar. Mas, sobretudo, é encontrar a alegria nas águas que se encontram e fazem o mar agitar. Entendendo que o lúdico e a arte são poderosos formadores de cultura e nos dão a leveza necessária para a luta. Também, compreendendo que os tempos do processo de educação e de transformação não são

os mesmos do capitalismo que quer tudo para ontem. Aprender a lidar com a concretude da realidade foi, é e será sempre um desafio, que não é triste, pois é iluminado pela presença distante das estrelas.

“Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só.
Eu sozinha ando bem,
Mas com você ando melhor”.
(Grifos da própria autora)
(ROSA, 2020, p.128)

Trabalhar com mulheres da periferia urbana ou de comunidades rurais, mas que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é bem diferente de uma pauta feminista de classe média. Não diminuindo a importância das pautas feministas de qualquer classe social, acredita-se que as estratégias de abordagem sejam diferentes. Na luta com as mulheres pobres, sem acesso muitas vezes ao básico de uma vida digna, a pauta da luta de subsistência há que ser central. É certo que as sujeitas se formam na luta, na práxis e assim a pauta feminista ganham novas formas e sentidos. Há que se vencer preconceitos anteriormente construídos como, por exemplo, em relação à cozinha.

Foram tantas décadas em que o papel da mulher era relegado à cozinha que acabamos por criar uma certa ojeriza deste “lugar” da mulher. O problema do trabalho doméstico muitas vezes é a solidão deste espaço. Por exemplo, vejamos um almoço de domingo, todas e todos se regozijam à mesa e, na hora de limpar as sujeiras geradas, cabe às mulheres da família ou grupo social, lavar as louças (sem falar que já devem ter preparado a refeição). Nas gerações atuais ainda poderá se concentrar apenas em uma figura: a da mãe, pois as novas mães evitam de dar tais tarefas às filhas, mas não hesitam em tomá-las apenas para si. Daí a ideia de solidão a que nos referimos antes, a dupla ou tripla jornada tem sido percebida muito fortemente, pois agora, já foi aceito pela sociedade que as mulheres trabalhem fora de casa, mas não está consolidada a divisão de tarefas no grupo familiar. O trabalho doméstico acaba sendo invisível ou menosprezado pela família e relegado ao espaço feminino. Ainda ficam sobrecarregadas as mulheres com as tarefas cotidianas no grupo familiar e quando não as querem realizar tem que contratar quem as faça, pois na maioria das vezes os homens da casa não se dispõem a concretizá-las.

Em 2018, Pereira descreveu o processo realizado pelas mulheres do norte fluminense após um PCAP (Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira 1):

Quando se tem um coletivo de mulheres, há oportunidade de muita criatividade, agitação, organização e emoções à flor da pele. Do nosso jeito fazemos as coisas com dedicação e competência, é comum chorarmos no grupo diante de um problema exposto ou da alegria de um sonho realizado. Somos diferentes dos grupos

¹ Tal projeto é uma compensação estabelecida pela política pública federal de gestão ambiental e refere-se ao licenciamento ambiental da exploração de Petróleo e Gás. O caso específico não será citado aqui.

masculinos, nos permitimos rir e chorar com autenticidade e transparência de quem demonstra as emoções. No FOCO, as mulheres querem ser protagonistas da sua história, por isso se tem uma camiseta com a frase: “Onde as mulheres tem voz e vez”. Essa frase foi escolhida por elas num processo participativo e ocorreu após sentirem-se muito fortes e empoderadas. Isso foi durante e depois do primeiro encontro regional de mulheres organizado pelo projeto, onde circularam em torno de cem pessoas. Houve debates de vários temas, definidos anteriormente pelas participantes, como, por exemplo, a situação profissional da mulher na pesca, com a presença de representantes do Ministério da Pesca, direitos da mulher, com representantes do Conselho Estadual das mulheres do Rio de Janeiro. Também estiveram presentes mulheres ligadas aos poderes públicos dos municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana representantes dos Conselhos Municipais e Secretarias (PEREIRA, 2018, p. 260).

Retornamos à questão da educação não formal e novamente tomamos o exemplo do projeto que trabalha com mulheres no norte fluminense. Como já citado anteriormente, a pauta com as mulheres em vulnerabilidade econômica e social tem nuances próprias. Uma delas é a falta de escolaridade, algumas totalmente analfabetas. O que não significa que o mundo não as tenha ensinado e muito. Dessa forma, são mulheres de atitude, formadas pela vida muitas vezes duramente. São pessoas que têm muito a contribuir no processo educativo coletivo, no entanto exigem de nós educadoras um olhar cuidadoso na hora de planejar atividades e criar situações didáticas. Para Biroli (2018, p.07):

A análise das relações de gênero nas décadas recentes nos leva, assim, a intensas transformações na produção de conhecimento, tanto quanto nas experiências cotidianas das pessoas. Em conjunto, trata-se de reconfigurações que abrangem da sexualidade às relações de trabalho, da vivência do que é percebido como íntimo e pessoal aos padrões de participação na esfera pública. Sendo tantas as dimensões da vida que estão em jogo, não seriam poucas as controvérsias. No campo feminista, no espaço mais amplo de articulação das posições progressistas, mas também na sua incorporação à agenda liberal e nas reações conservadoras, gênero é uma questão política aguda. (BIROLI 2018, p. 07).

Nesta perspectiva a orientação teórica a qual nos afiliamos, do ponto de vista da teoria do desenvolvimento humano é de Wallon (1968) e Vygotsky (2001) num construtivismo pós piagetiano. Ainda incluímos uma nova perspectiva que se trata de Pichon Rivière (1998). Nova, para nós, como um desafio porque ainda não trabalhamos com este autor, no entanto já é proposta sistemática de um projeto de pesquisa iniciado há pouco visando o aprofundamento da teoria dos vínculos.

Para Pichon-Rivière (1988), a teoria do vínculo tem um caráter social na medida em que compreende que sempre há figuras internalizadas presentes na relação, quando duas pessoas se relacionam, ou seja, uma estrutura triangular. O vínculo é bi-corporal e tripessoal, isto é, em todo vínculo há uma presença sensorial corpórea dos dois, mas há um personagem que está interferindo sempre em toda relação

humana, que é o terceiro. Neste sentido, vínculo é uma estrutura psíquica complexa (BASTOS, 2010, p. 164).

Com este olhar, ressalta-se a importância e o rigor das propostas de educação não formal (não escolarizada), diferente de espontaneísmos ou modismos, acreditamos que a educação ambiental é ancorada nos pressupostos teóricos da própria educação e nas teorias de aprendizagem. Como se trata de adultos e adultas, torna-se necessário maior rigor nos métodos e metodologias adotadas.

Na citação de Freire por Pereira (2011):

Se na educação como situação gnosiológica, o ato cognoscente do sujeito educador (também educando) sobre o objeto cognoscível, não morre, ou nele se esgota, porque, dialogicamente, se estende a outros sujeitos cognoscentes, de tal maneira que o objeto cognoscível se faz mediador da cognoscibilidade dos dois, na teoria da ação revolucionária se dá o mesmo. Isto é, a liderança tem, nos oprimidos, sujeitos também da ação libertadora e, na realidade, a mediação da ação transformadora de ambos (FREIRE, 1982 p. 150 *apud* Pereira 2011, p. 53).

Paulo freire continua sempre atual, apenas a crítica que fazemos se refere à masculinização da linguagem textual o que não podemos deixar de sentir atualmente quando os gêneros são pautas presentes em nosso cotidiano.

A expansão da consciência nos impulsiona a esta leitura crítica e acreditamos que se Freire ainda estivesse vivo possivelmente concordaria com tais alegações em que as/os seres humanas/os não são totalmente representadas pelo pronome masculino e pela palavra homem quando nos referimos à humanidade.

Na proposta de dialogar com autores da psicogênese temos a teoria de Henri Wallon que nos ajuda a compreender melhor nosso papel de educadora junto com as mulheres.

Henri Wallon (1968) também dá grande ênfase ao meio social e às interações com o meio. Ressalta que as relações do homem com o meio são de transformações mútuas e as circunstâncias sociais de sua existência influenciam fortemente a evolução humana. O meio é compreendido como o complemento indispensável do ser humano. Para este autor, as interações são fundamentais tanto para a construção do sujeito como do conhecimento, e ocorrem ao longo do desenvolvimento de acordo com as condições orgânicas, motoras, afetivas, intelectuais e socioculturais. Pode-se perceber que as interações, desde o nascimento, são as molas propulsoras para a evolução do psiquismo e responsáveis pela constituição do sujeito e de seu conhecimento (BASTOS, 2010, p. 162).

O entendimento da psicogênese nos ajuda muito a pensar os processos de ensino/aprendizagem independentemente de ser com grupo de pessoas adultas e não escolar (não formal). Acreditamos que o alcance dos objetivos traçados depende desta competência, desta capacidade de entendimento e assim criar vínculos verdadeiros e autênticos entre elas e delas conosco (equipe profissional que se dispõe a desenvolver o processo). No caso das mulheres há que se ter um olhar para a pessoa como um todo, qual sua história, seu contexto, se não teve acesso ao ensino escolar quais seriam os motivos. Seriam problemas de aprendizagem concretos como uma afasia ou dislexia, ou foram problemas socioeconômicos, falta de acesso. Todos estes fatores são determinantes de um processo capaz de envolver as sujeitas e mobilizá-las para a expansão da consciência através da aprendizagem.

Considerações finais

Por que nos dedicamos a escrever sobre o tema educação não formal, desenvolvimento de projetos de educação ambiental e mulheres? Esta é uma questão que se impõe na atualidade quando os gêneros estão na pauta do dia. O gênero feminino ainda sofre muitas injustiças sociais e econômicas, estando em extrema vulnerabilidade socioambiental. Os números de casos de feminicídio ainda são altos de acordo com as estatísticas e os noticiários. Nos sentimos profundamente afetadas quando ouvimos notícias de que uma mulher foi agredida ou morta. Nos perguntamos onde erramos e como poderíamos construir novos rumos para a sociedade atual. No entanto não se trata de desanimar e sim de seguir em frente buscando as orientações científicas para o desenvolvimento técnico de projetos que consigam fazer a diferença na vida das pessoas envolvidas. O licenciamento ambiental federal das atividades de petróleo e gás tem se mostrado um espaço propício ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental com populações vulneráveis, principalmente na zona costeira do país (Brasil), pelo seu tempo de processo e pela intencionalidade pedagógica.

Quando nos referimos a técnicas estamos pensando em práticas/metodologias qualificadas e fundamentadas em teóricos do ensino aprendizagem, pois não é por se tratar de grupos comunitários que não mereçam a melhor técnica e teoria de aprendizagem. A diretividade pedagógica e a criação de situações didáticas são premissas fundamentais para que o trabalho tenha sentido e realmente mobilize o grupo social a que se propõe, no caso, as mulheres.

Neste contexto percebemos a importância do papel da arte educação como ferramenta didática e pedagógica que media a aprendizagem com grupos de mulheres adultas

e com pouca ou nenhuma escolaridade. Fala-se muito de valorizar a cultura local e concordamos com tal afirmação, contudo há que se ter diretividade pedagógica e saber com clareza nossos objetivos e metas. Assim, o planejamento educacional, mesmo na não formalidade é de crucial importância. Por exemplo, a escola é um espaço da sociedade que já está consolidado, estabelecido. Necessita de reformas e reflexões, sim concordamos, mas os grupos comunitários que ficam muitas vezes a mercê de verdadeiras aventuras educativas acabam revoltando-se e perdendo a esperança de reais ações transformadoras. Percebemos isso já há alguns anos, as pessoas estão saturadas de serem procuradas por intelectuais para serem entrevistadas, formar grupos e ou participar de reuniões de projetos. Acreditamos, portanto, que os possíveis fracassos dos grupos se dão pela falta de compreensão, por parte das profissionais, em relação as etapas e nuances que compõe o processo de ensino aprendizagem, ou melhor a formação humana dita como processo educativo.

Referências

- BASTOS, Alice Beatriz B. Iziq. *A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon*. Psicol. inf. [online]. 2010, vol.14, n.14, pp. 160-169. <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v14n14p160-169>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PINFOR/article/view/2348/2334> Acesso em 1º de mar de 2022
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. 227p.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- PEREIRA, Maria Odete da Rosa. *Transformando alimentos e produzindo novas relações numa cozinha pedagógica*. In: CASTRO, Amanda Motta.; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (org.). *Estudos feministas – Mulheres e Educação popular*, 2º. Volume, São Paulo: LiberArs, 2018. P. 259- 270.
- PEREIRA, Maria Odete da Rosa. *PEAs – Programas de Educação Ambiental no licenciamento: Uma análise e uma proposta pedagógica para além do Capital Social*. 2011 169f Tese (Doutorado em Educação Ambiental), FURG - Universidade Federal do Rio Grande, PPGEA-Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande. Disponível em <https://argo.furg.br/?BDTD285> . Acesso em 19 de setembro de 2022.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988 (original publicado em 1983).
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (original publicado em 1982).
- ROSA, Clara da. *Mulheres com voz e vez: a educação ambiental crítica e transformadora no projeto de educação ambiental PEA FOCO*. 2020 132f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental), - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande, 2020. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD12702>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

QUINTAS, J. S; *Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória*. In: LAYRARGUES, Philippe Pommier. (Coord.). *Identities da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p.115-142.

WALLON, Henri. *A Evolução Psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1968.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Odete da Rosa Pereira - Professora do ensino superior na área de didática e estágios supervisionados, pesquisadora em temáticas voltadas às mulheres em comunidades pesqueiras, com viés de educação ambiental e educação popular. A autora faz orientação pedagógica de um projeto de mitigação de impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás, como parte do licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA. O artigo é fruto de reflexões no grupo de trabalho a qual compões com as demais autoras.

Clara da Rosa - Educadora e pesquisadora em temáticas com povos e comunidades tradicionais ligadas à pesca artesanal, principalmente voltadas às mulheres que de alguma forma estão inseridas na pesca. Doutora em Educação Ambiental (2020), Mestra em Gerenciamento Costeiro (2013) e Licenciada em História (2011), pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello - Professora Associada do Instituto de Oceanografia professora e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Pesquisa temas relacionados a economia solidária, educação ambiental com pescadoras e quilombolas. O contexto das pesquisas se vinculam a mitigação dos impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento da exploração e produção de petróleo.